

Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

INTENÇÃO DE RECURSO:

Registramos nossa intenção de recurso quanto aceitação da proposta declarada vencedora por conter erros de percentuais legais insanáveis, destacando a média apresentada de PIS e COFINS, onde não foram considerados as alíquotas cheias para tributação de lucro real a partir do mês de abril22, já que não houve créditos descontados e demais apontamentos que serão melhor contextualizados em nossa peça recursal.

Fechar

Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DA BAHIA – TRE-BA

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO - Nº 71/2022 - COMPRASNET

T & S LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA EM GERAL - EIRELI pessoa jurídica de direito privado, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 12.978.986/0001-58, estabelecida na cidade do Rio de Janeiro – RJ, sito à Av. Rio Branco, nº 18 – 10º andar-centro, já devidamente qualificada no processo administrativo de licitação acima referenciado, por seu representante legal “In Fine” assinado, vem mui respeitosamente, com fúlcro na alínea “b” do inciso I do Art. 109, da Lei Federal Nº 8.666/93, combinado com o “caput” do Art. 44, do Decreto Federal Nº 10.024, de 20/09/2019, e ainda com o item 13.5, do edital acima referenciado, manifestar seu inconformismo com a decisão dessa Douta Comissão de Licitação, composta pela Sr. Pregoeiro e sua equipe de apoio, a qual, julgou vencedora do presente certame, a empresa GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS ESPECIALIZADOS EM MÃO DE OBRA, GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E LIMPEZA - EIRELI., pelo fatos e argumentos que passa a aduzir, Impetrando o presente:

RECURSO ADMINISTRATIVO HIERÁRQUICO

1 – DO PRAZO:

1.1 - O Presente recurso é tempestivo, visto que, o resultado do julgamento da proposta e da habilitação da licitante vencedora, foi proclamado em 14/12/2022 (§ 1º, do Art. 44, do Decreto Federal Nº 10.024/2019 e item 13.5, do edital).

2 – DOS FATOS:

2.1 – A recorrente tomou conhecimento, em 14/12/2022, através do site oficial de licitação do Governo Federal - COMPRASNET, que a licitante: GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS ESPECIALIZADOS EM MÃO DE OBRA, GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E LIMPEZA – EIRELI., foi proclamada vencedora do presente certame. Todavia, analisando as planilhas apresentadas pela referida empresa, foi constatado pela recorrente, que a mesma no afã de vencer o certame, utilizou-se de artifícios ilegais, e totalmente condenado pela Legislação vigente, pois, caracteriza-se total afronto ao princípio da legalidade e da isonomia, estabelecidos no Art. 3º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como, da legalidade, da moralidade e da vinculação ao instrumento convocatório, estabelecidos pelo Art. 2º, do Decreto Federal Nº 10.024/2019, como demonstramos abaixo:

2.2 – Analisando as planilhas de custos e formação de preços da citada empresa, foi constatado pela recorrente, que a mesma ao elaborar suas planilhas de custos e formação de preços, utilizou ilegalmente os percentuais de 0,35% e 1,60% para contribuição do PIS e da COFINS, respectivamente.

2.3 – Ao verificar a planilha demonstrativa das alíquotas efetivas do PIS e da COFINS, da recorrida, foi constatado pela recorrente, que nos meses de ABRIL, MAIO, JUNHO, JULHO E AGOSTO DE 2022, a referida empresa, apenas apresentou valores de créditos disponíveis na apuração das suas alíquotas efetivas do PIS e da COFINS, não demonstrando os valores totais das contribuições apuradas com base no faturamento do mensal, apresentando alíquota zerada para 6 (seis) dos últimos 12 (doze) meses, pela incidência não cumulativa desses tributos, nos termos do que estabelece as Leis Federais Nºs 10.637, de 30/12/2002 e 10.833, de 29/12/2003

2.4 – Ou seja, APENAS nos 07 (sete) meses anteriores à ABRIL/2022, a recorrida em sua Escrituração Contábil Digital – EFD, demonstrou os valores da contribuição apurada sobre o faturamento e os créditos a serem descontados para apuração de suas alíquotas efetivas do PIS e da COFINS, dos últimos 12 (doze) meses, pela incidência não cumulativa, de acordo com a legislação vigente, o que pode ser claramente constatado pelo Senhor Pregoeiro nos documentos apresentados pela recorrida (DCTF`s, EFD`s e Consolidação das Operações por CST do SPED).

2.5 – Destarte, conforme demonstrado nos parágrafos precedentes, nos meses de ABRIL, MAIO, JUNHO, JULHO e AGOSTO de 2022, as alíquotas efetivas de contribuições para o PIS e COFINS da recorrida, deveriam ser 1,65% e 7,60%, respectivamente, já que nesses meses a mesma não apresentou valores a serem descontados, apenas créditos disponíveis, para apuração de suas alíquotas efetivas dos últimos 12 (doze) meses, pelo regime não cumulativo, de que trata as Leis Federais Nºs 10.637/2002 e 10.833/2003.

2.6 – Desta forma, as alíquotas efetivas do PIS e da COFINS da recorrida, serão bem superiores aos percentuais por ela declarado na sua relação de alíquotas efetivas desses tributos, dos últimos 12 (doze) meses, ou seja 1,04%, para o PIS [0,35 média do período de set./2021 à mar./2022) + 0,69% (média do período abril à Agosto/2022)(1,65*5/12)] e 4,77% [1,60 (média do período de set./2021 à março/2022) + 3,17 (média do período Abril à Agosto/2022) (7,60*5/12)], para a COFINS, respectivamente, e NÃO os percentuais de 0,35% e 1,60%, por ela declarado.

3 – O Art. 44, da Lei Federal nº 8.666/93, assim estabelece, “In Verbis”

Art. 44. No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta lei.

§ 1º. É VEDADA A UTILIZAÇÃO DE QUALQUER ELEMENTO, CRITÉRIO OU FATOR SIGILOSO, SECRETO, SUBJETIVO OU RESERVADO QUE POSSA AINDA QUE INDIRETAMENTE ELIDIR O PRINCÍPIO DA IGUALDADE ENTRE OS LICITANTES (grifos nossos).

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

§ 1º. (...).

§ 2º. (...)

§ 3º. É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, VEDADA A INCLUSÃO POSTERIOR DE DOCUMENTO OU INFORMAÇÃO QUE DEVERIA CONSTAR ORIGINARIAMENTE DA PROPOSTA. (grifo nosso).

4 - Por respeito à inteligência do Senhor Pregoeiro e dos(as) senhores(as) membros dessa Douta Comissão de Licitação do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA – TRE-BA, e, por entender que tal aceitação da proposta da licitante julgada vencedora do presente certame, com tais irregularidades e inconsistências, ocorreu por um lamentável e involuntário equívoco, que certamente será reconsiderado, com fundamento no princípio da auto tutela que lhe é facultado pelas Súmulas 346 e 473 do STF, bem como, o Art. 53, da Lei Federal Nº 9.784, de 29/01/1999, mediante o confronto das inconsistências acima apontadas, com o edital e a Legislação vigente, deixaremos de tecer maiores comentários em relação às irregularidades existentes nas planilhas de composição de custos e formação de preços da licitante, GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAS ESPECIALIZADOS EM MÃO DE OBRA, GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E LIMPEZA– EIRELI.

5 - DO MÉRITO:

5.1 – O nosso saudoso e ilustre mestre Hely Lopes Meirelles, já nos ensinava:

“ As propostas deverão satisfazer na forma e no conteúdo às exigências do edital, que é a norma especial da licitação e a matriz do futuro contrato. Cada proponente terá que fazer sua oferta dentro do permitido no edital (...).

“ A proposta que desatender ao edital é inaceitável, ainda que vantajosa para a Administração. Se isto ocorrer, justifica-se a invalidação daquele edital omissivo ou imperfeito e a publicação de outro com admissibilidade daquelas vantagens, para que todos os interessados possam ofertar novas bases, concedendo ainda maiores vantagens que as anteriores. O que a Administração não pode é aceitar vantagem não prevista no edital, o que constituiria surpresa para os proponentes que se ativeram fielmente ao seu pedido” (Licitação e contrato administrativo, Editora Revista dos Tribunais, pag. 141).

5.2 – O Art. 2º, do Decreto Federal Nº 10.024/2019, assim estabelece:

“Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.”

6 - DO PEDIDO:

Face ao exposto, a T & S LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA EM GERAL – EIRELI. Vem mui respeitosamente, requerer dessa Douta Comissão de Licitação do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA – TRE-BA, composta pela Senhor Pregoeiro e sua equipe de apoio, uma análise mais profunda e reavaliação no julgamento da proposta da licitante, GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAS ESPECIALIZADOS EM MÃO DE OBRA, GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E LIMPEZA - EIRELI., julgada vencedora do presente certame, desclassificando-a por ilegalidade e descumprimento de Normas e dispositivos legais vigentes, com base nos itens 10.2, 11.2 e 11.3, do edital e em observância ao §3º do Art 43 e §§1º e 2º, do Art. 44, da Lei Federal nº 8.666/93 e toda Legislação pertinente, e no interesse público, dar prosseguimento na licitação, com a convocação das licitantes remanescentes na ordem de classificação para o êxito do presente certame, pois, assim estará praticando a mais CRISTALINA JUSTIÇA.

Na improvável hipótese de indeferimento do presente recurso, seja o mesmo encaminhado à Autoridade Superior hierárquica, para sua análise, apreciação e julgamento, nos termos do §4º, do Art. 109, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, combinado com o inciso IV, do Art. 13, do Decreto Federal Nº 10.024/2019.

N. Termos

P. Deferimento

Rio de Janeiro, RJ, 16 de dezembro de 2022.

T & S LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA EM GERAL – EIRELI.

Sergio Fernandes Martinho – Diretor Presidente

CPF Nº 642.050.887-87 RG nº 05658281-0-IFP-RJ

Fechar